

EXMO. SR. DR. JUIZ FEDERAL DA 12ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA:

DISTRIBUIÇÃO POR DEPENDÊNCIA - AÇÃO CAUTELAR

PROCESSO Nº. 240-90.2015.4.01.3300

ASSOCIAÇÃO UNIVERSITÁRIA E CULTURAL DA BAHIA, instituição educacional sem fins lucrativos, com sede no Largo do Campo Grande, 7, Campo Grande, Salvador, Bahia, inscrita no CNPJ/MF sob nº 13.970.322/0001-05 e **UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR**, instituição educacional sem fins lucrativos, com sede na Av. Cardeal da Silva, 205, Federação Salvador, Bahia, inscrita no CNPJ/MF sob nº 15.208.341/0001-24 por intermédio do advogado *in fine* assinado e instrumento de mandato anexo, com endereço profissional no rodapé da presente, vem perante Vossa Excelência propor

AÇÃO DECLARATÓRIA

Contra a UNIÃO FEDERAL, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Tancredo Neves, nº 450, Edifício Suarez Trade, 28º Andar, CEP 41819-900, bairro do Caminho das Árvores, Salvador- Bahia.



DA PUBLICAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS:

Inicialmente requer que toda e qualquer publicação/intimação, seja feita, exclusivamente, em nome do Bel. **Fernando Neves, inscrito na OAB/BA sob o nº. 11.005**, com endereço profissional na Avenida Tancredo Neves, 1222, Edifício Catabas Tower, 2º piso, Caminho das Árvores, Salvador-BA, **sob pena de nulidade**, obedecendo, assim, ao entendimento consolidado do STJ – Superior Tribunal de Justiça, conforme pode ser constatado a seguir:

“RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL. NULIDADE DE INTIMAÇÃO NO PROCESSO DE CONHECIMENTO. ACÓRDÃO PROFERIDO EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS AO ARESTO DA APELAÇÃO, CUJA INTIMAÇÃO NÃO OBSERVOU O PEDIDO EXPRESSO DE QUE AS FUTURAS INTIMAÇÕES FOSSEM FEITAS EM NOME DOS PATRONOS INDICADOS PELA PARTE. ARTS. 154, 245, 236, § 1º, e 247 DO CPC. OFENSA CHARACTERIZADA. ART. 503, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC. PRECLUSÃO LÓGICA NÃO EVIDENCIADA. RESSALVA FEITA PELO RECORRENTE AO EFETUAR O DEPÓSITO. APELO NOBRE PARCIALMENTE PROVIDO.

1. A intimação do acórdão proferido pela Corte de origem, ainda no processo de conhecimento, sem a observância do pedido do ora recorrente de que as futuras intimações fossem feitas em nome dos advogados apontados pela parte implica afronta à regra do art. 236, § 1º, do CPC, cuidando-se de nulidade absoluta, que pode ser decretada de ofício e que enseja a nulidade dos atos processuais



*subsequentes, nos termos da reiterada orientação deste Pretório.
Precedentes.*

(...)

*(REsp 1213920 / MT; Rel. Ministro RAUL ARAÚJO; 4ª Turma do STJ;
DJe 05/08/2011)”*

(Grifos nossos)

DA JUSTIÇA GRATUITA

Inicialmente, requer à concessão do benefício da justiça gratuita, em razão da súmula 481 do STJ, a qual reza:

Súmula 481: Faz jus ao benefício da justiça gratuita a pessoa jurídica com ou sem fins lucrativos que demonstrar sua impossibilidade de arcar com os encargos processuais.

Neste sentido, em razão de não ter regularidade fiscal e receber, inclusive pelos serviços prestados, a autora atravessa grande crise financeira, pelo que não tem capacidade de arcar com as custas processuais.

DA TEMPESTIVIDADE

Segundo o art. 308 do novo CPC, as medidas cautelares devem ser erguidas, por uma ação principal a ser promovida nos 30 dias subsequentes à data da efetivação da cautela concedida.



Neste cotejo, em razão da efetivação da medida na data de 21/09/2016, mediante a emissão da certidão positiva com efeitos de negativa, resta tempestiva a presente ação.

DO OBJETO DA AÇÃO

O objeto da presente ação principal é, justamente, anular todos os supostos débitos originados em razão do não reconhecimento da imunidade tributária da **UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR – UCSAL**.

Conforme já noticiado, a discussão principal em todos os processos em desfavor das demandadas é o direito à imunidade tributária do §7º do artigo 195 da Constituição Federal em razão de um requisito supostamente descumprido pelas requerentes: o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social foi concedido para a entidade mantenedora, Associação Universitária e Cultural da Bahia CNPJ 13.970.322/000105, e não para a mantida.

Com efeito, trata-se de equívoco sem prejuízo fiscal praticado desde a origem das entidades, mas que de forma alguma retira a natureza imune das atividades, vez que a mantenedora, detentora do CEBAS, é apenas a supervisora das atividades desempenhadas, efetivamente, pela mantida.



Desse modo, as Autoras comprovarão na ação principal que a mantenedora é uma entidade cujo objeto estatutário é a coordenação/administração/supervisão de atividades de ensino da mantida, sendo que o CEBAS deferido à mantenedora deve aproveitar às atividades da mantida que exerce, de fato, a atividade educacional.

DOS FATOS

Há alguns anos as Autoras vêm sendo autuadas para cobrança de suposto crédito tributário a título de contribuições previdenciárias (cota patronal, SAT/RAT e terceiros).

Isso porque, segundo entendimento da Receita Federal do Brasil a **UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR - UCSAL** não faz jus ao gozo da isenção tributária prevista pela lei, em razão do entendimento equivocado de que, em decorrência da sua personalidade jurídica própria, ela não poderia aproveitar do certificado de entidade beneficente de assistência social concedida à Associação Universitária e Cultural da Bahia.

Dessa forma, não concordando com o referido entendimento, não restou alternativa às Autoras senão ajuizar a presente ação declaratória para que seja



declarada a imunidade em relação à ambas as entidades, vez que não há como desvincular suas atividades.

DO DIREITO

DA NECESSIDADE DE DEFINIÇÃO DO CONCEITO DE ENTIDADE MANTENEDORA E MANTIDA

Como se sabe, a definição entre entidade mantenedora e mantida é meramente conceitual, por força da legislação que versa sobre as instituições de ensino no país, a qual rege a atividade de ensino, o que é amplamente reconhecido no âmbito da Pasta da Previdência Social.

Por primazia ao direito, a fim de esclarecer os conceitos legais que norteiam esta ação, cumpre explanar rapidamente o histórico da legislação educacional que versa sobre a matéria, a começar pela Lei n. 5.540, de 28 de novembro de 1968, que fixou as normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, a qual já determinava em seu artigo 4º:

Art. 4. As universidades e os estabelecimentos de ensino superior isolados constituir-se-ão, quando oficiais, em autarquias de regime especial ou em fundações de direito público e, quando particulares, sob forma de fundações ou associações.



Com o advento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as instituições de ensino restaram assim classificadas:

Art. 19. As instituições de ensino dos diferentes níveis classificam-se nas seguintes categorias administrativas:

I – públicas, assim entendidas as criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo Poder Público;

II – privadas, assim entendidas as mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado.

(grifos editados)

Regulando a norma acima citada, o Decreto n. 2.207, de 15 de abril de 1997, deixou claro que até mesmo uma sociedade com fins lucrativos pudesse ser mantenedora de entidade de educação, veja-se:

Art. 1º As instituições de ensino superior do Sistema Federal de Ensino, nos termos do art. 16 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, classificam-se, quanto a sua natureza jurídica, em:

I - públicas, quando criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo Governo Federal;

II - privadas, quando mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado;

4

Parágrafo único. As entidades mantenedoras das instituições privadas de ensino superior poderão se constituir sob qualquer das formas de pessoa jurídica, de direito privado previstas nos incisos I e II do art. 16 do Código Civil Brasileiro



Nota-se que toda a legislação educacional há muito trata da existência da figura de instituição mantenedora e mantida, por força das peculiaridades existentes no processo de autorização e avaliação de qualidade do ensino pelo Poder Público, quando prestado pela iniciativa privada.

Vale citar a Resolução n.0220, de 2006, do CNAS, que em seu artigo 4º reconhece a validade da diferenciação entre mantenedora e mantida:

Art. 4º. As mantenedoras que aderiram parcialmente ao Prouni devem segregar e evidenciar no Demonstrativo do Resultado do Exercício - DRE da instituição as receitas efetivamente recebidas nos termos da Lei 9.870, de 23 de novembro de 1999, da unidade/mantida que aderiu ao Prouni, assim como as demais receitas da unidade/mantida que não aderiu ao Prouni, na forma do inciso VI do art. 3º, do Decreto 2.536/1998.

Assim, no campo da educação, a figura da entidade mantenedora difere da sua mantida, na medida em que esta última, administrada pela pessoa jurídica devidamente constituída, se submete à avaliação do Poder Público para fins de autorização do serviço público a ser prestado – atividade de ensino, livre à iniciativa privada, por força do disposto no artigo 209 da Constituição da República.

Não se trata de pessoas jurídicas distintas, mas de mera definição conceitual, sendo a entidade mantida parte integrante da mantenedora, consoante interpretação do Parecer n.42/96 – D.O.U. de 01/07/1996, aprovado pelo Chefe da Pasta da Previdência Social, à época. Vejamos:

Tendo em vista a relação entidade "mantenedora-mantida", cabe-se ressaltar que não se pode considerar como pessoa



jurídica distinta, para fins de isenção, os departamentos ou atividades despersonalizadas desenvolvidas pela beneficiária, pelo fato de terem números distintos no CGC, posto que segundo o Código Civil Brasileiro, a pessoa jurídica de direito civil nasce com o registro dos seus atos constitutivos (estatutos) no Registro Civil de Pessoas Jurídicas. Recentemente, a Consultoria do MPAS (Parecer CJ/MPAS nº 509/96) tratou do assunto, esclarecendo que:

"A abertura de um novo estabelecimento durante o gozo da isenção já concedida não implica na necessidade de novo pedido específico de isenção. Durante o período concedido a isenção se mantém, desde que a entidade continue atendendo às condições estabelecidas em lei. O privilégio abrange a todos os estabelecimentos despersonalizados mantidos e criados antes e depois da concessão da isenção, e permanece durante todo o período concedido."

Considerando a existência do Parecer da Consultoria Jurídica do então Ministério da Previdência e Assistência Social, tem-se, portanto, força vinculante no âmbito do Ministério e aos órgãos autônomos e entidades vinculadas, nos termos do artigo 11, inciso III e artigo 42, da Lei Complementar n.º 73, de 10 de fevereiro de 1993, que diz:

Art. 11. As Consultorias Jurídicas, órgãos administrativamente subordinados aos Ministros de Estado, a Secretário-Geral e aos demais titulares de Secretarias da Presidência da República e ao Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, compete, especialmente.



(...)

III - fixar a interpretação da Constituição, das leis, dos tratados e dos demais atos normativos a ser uniformemente seguida em suas áreas de atuação e coordenação quando não houver orientação normativa do Advogado-Geral da

União;

(...)

Art. 42. Os pareceres das Consultorias Jurídicas, aprovados pelo Ministro de Estado, pelo Secretário-Geral e pelos titulares das demais Secretarias da Presidência da República ou pelo Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, obrigam, também, os respectivos órgãos autônomos e entidades vinculadas

Cumpra ainda destacar a previsão do Regulamento da Previdência Social - Decreto n.3.048, de 1999 - que em seu artigo 206, parágrafo quinto, estabelece:

§ 5º A isenção das contribuições é extensiva a todas as entidades mantidas, suas dependências, estabelecimentos e obras de construção civil da pessoa jurídica de direito privado beneficente, quando por ela executadas e destinadas a uso próprio.

Portanto, à evidência, mantenedora e mantida, trata-se de uma única pessoa jurídica; em que pese à distinção no campo educacional para fins de regulamentação da atividade de ensino.

DA DESCONSIDERAÇÃO DO CARÁTER ASSISTENCIAL E FILANTRÓPICO DA RECORRENTE PARA FINS DO DISPOSTO NA LEI 12.0101/2009

A União Federal, através da Receita Federal do Brasil, desconsiderou a condição de entidade assistencial da **UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR**,



no curso do processo fiscalizatório a fim de exigir-lhe contribuições previdenciárias. E assim o fez por entender que entidade mantedora e entidade mantida seriam distintas para os fins de cumprimento dos requisitos legalmente exigidos para que a **UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR** seja entendida como entidade que frui da “isenção” de contribuições previdenciárias, quota patronal.

Por esta razão cumpre elencar, sem maiores delongas, as inúmeras atividades assistenciais da **UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR** em prol das comunidades carentes da Bahia, e que comprovam, de forma inequívoca, que estamos diante de uma entidade de assistência social:

- Programa Bolsa de Estudos
- Programa Universidade para Todos- PROUNI
- Programa Orientação para Saúde
- Bairro do Costa Azul: invasões de Recanto Feliz e Paraíso Azul
- Projeto de Apoio a Creche Comunitária
- Projeto de Educação Sanitária
- Projeto Educação e Cidadania
- Projeto Economia dos Setores Populares
- Projeto Envelhecer Crescendo
- Projeto Educar para Transformar
- Projeto Ciranda Educativa
- Assessoria à Associação de Mulheres do Engenho Velho de Federação
- Bolsa UCSAL



- Programa Faz Universitário
- Programa de Assessoria Jurídica Popular
- Bairro da Antiga Fazenda Garcia
- Projeto de Educação para a Saúde
- Projeto Criança do Amanha
- Projeto UCSAL nos Bairros
- Projeto Atenção Família e Escola
- Projeto Unidade de Assistência em Fisioterapia
- Projeto de Assistência Jurídica e Social
- Projeto de Assessoria aos Moradores do Conjunto Santa Luzia

Diante de todo o exposto, se evidencia que a personalidade jurídica da **UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR**, quando o assunto é a Prestação de serviços assistenciais, jamais foi ou será dissociada a Associação Universitária e Cultural da Bahia. O “negócio” por elas desenvolvido é uno e é indivisível.

DA CONDIÇÃO DE MANTIDA/ MANTEDORA VERIFICADA ENTRE A UCSAL E A ASSOCIAÇÃO UNIVERSITÁRIA E CULTURAL DA BAHIA

A DRJ tentou desconstruir a relação mantida e mantedora existente entre as duas autoras Associação Universitária e Cultural da Bahia, sustentando que as citadas entidades teriam personalidades jurídicas distintas, de forma que a CEBAS concedido para um não seria extensivo à outro.

No entanto, existem considerações que deixaram de ser analisadas pela DRJ e que são suficientes capazes de refutar o conteúdo da decisão recorrida.



- A associação está em funcionamento desde 1932 e tem cumprido com suas finalidades estatutárias. Com a constituição da recorrente em 1961, todos os bens da associação foram conferidos a ela e, a partir de então, as duas atuam como uma unidade econômica.

- O registro do estatuto da Recorrente em cartório ocorreu para cumprir uma exigência regulatória, estabelecida pela lei de diretrizes e bases de educação em 1961. Frise-se que para que as universidades fossem regulares, o ministério da educação –MEC exigia os registros de seus estatutos. Esse registro não foi cancelado para manter o histórico de regularidade na criação da UCSAL.

- Nos termos da manifestação do Sr. Ministro de Estado que aprova o parecer MPAS/CJ nº 509/1996, de 29-02-1996, acerca da fruição da “isenção” da quota patronal a todos os departamentos ou atividades despersonalizadas desenvolvidas pela entidade beneficiária, que afirma que a criação de novos departamentos pela entidade isenta não cria empecos à fruição da isenta, como afirmava a fiscalização à época : “(...) A terminologia “entidade mantida” e “entidade mantedora” surgiu no antigo CNSS e no conselho federal de educação para distinguir as atividades de ensino que estavam sob o poder de polícia do MEC – das atividades administrativas da entidades , da sociedade ou associação civil, mas não restam dúvidas de que são atividades de uma só e mesma pessoa jurídica e como tal devem ser tratadas. (...)”. com, isso se vê que é antiga a interpretação da legislação , para entidades de educação, que prescrevia a divisão da unidade econômica em duas entidades, para fins de fiscalização do MEC. Nada da incorreto no modo de proceder da Recorrente , em na sua organização , que atente plenamente à essência e à forma da legislação pátria vigente à.



- Atualmente, não existe mais a referida exigência, mais é obrigatório que as instituições de ensino superior (IES) do setor privado possuam uma entidade mantenedora, a qual pode ser constituída sob qualquer forma prevista no código civil, com ou sem finalidade lucrativa. As mantedoras serão então responsáveis pelas IES, possuindo personalidade jurídica adquirida com registro de seus atos constitutivos nos competentes cartórios de registros de pessoas jurídicas. Caberá à de quem por disposição legal ou contratual, assumiu determinado direito e /ou obrigação, enquanto a questão aqui debatida faz alusão à forma de prestação dos serviços assistenciais na área de educação (sem perder de vista que a legislação exige que as instituições de ensino devem ser constituídas sob a égide de uma entidade mantenedora.

DA RELAÇÃO INDISSOCIÁVEL ENTRE AS AUTORAS

Entendeu a DRJ em Salvador para lavratura de diversos autos de infração que os requisitos previstos no artigo 55, da lei nº 8.212/91, não teriam sido cumpridos pela **UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR**, qual seja, ser portadora do registro e do certificado de entidade beneficente de assistência social –“CEBAS”, fornecido pelo Conselho Nacional de Assistência Social,

Porem, este entendimento é totalmente improcedente. Vejamos:

Conforme é de notório conhecimento a **ASSOCIAÇÃO UNIVERSITÁRIA E CULTURAL DA BAHIA** é a mantenedora da **UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR**, entretanto, é a **UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR** que efetivamente presta os serviços de assistência social, sendo a mantenedora mera supervisora, coordenadora e administradora das atividades da mantida.



Nesse sentido, é importante ainda esclarecer que o próprio MEC, entidade responsável pela análise da documentação, autorização de funcionamento de IES e criação de cursos, em documentação oficial disponibilizada à consulta pública em seu site, reconhece a condição de Mantenedora à Associação Universitária e Cultural da Bahia, em face da Mantida UCSAL.

PARECER HOMOLOGADO

Despacho do Ministro, publicado no D.O.U. de 29/11/2011, Seção 1, Pág. 15.

Portaria nº 1670, publicada no D.O.U. de 29/11/2011, Seção 1, Pág. 13.

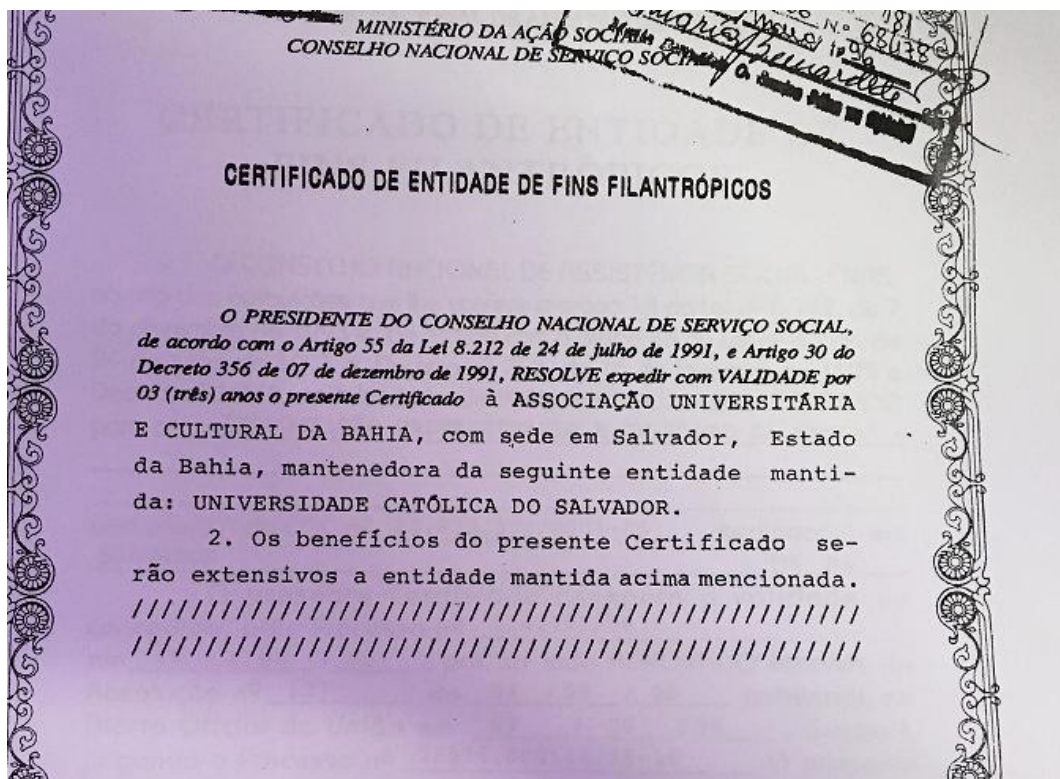


**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO**

INTERESSADA: Associação Universitária e Cultural da Bahia		UF: BA
ASSUNTO: Recredenciamento da Universidade Católica do Salvador, com sede no Município de Salvador, no Estado da Bahia		
RELATOR: Gilberto Gonçalves Garcia		
e-MEC Nº: 20077654		
PARECER CNE/CES Nº: 280/2011	COLEGIADO: CES	APROVADO EM: 7/7/2011

*Outrossim, vale lembrar que o CNAS sempre considerou as entidades como mantida/mantenedora, como se pode verificar dos Certificados da **ASSOCIAÇÃO UNIVERSITÁRIA E CULTURAL DA BAHIA**, nos quais sempre contou que a **UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR** era a entidade mantida pela Associação Universitária e Cultural da Bahia e que os benefícios dos respectivos certificados seriam extensivos a ela.*





*Ainda que suficientes as alegações acima mencionadas, existem outras provas da patente relação de dependência (mantida/mantenedora) verificada entre a Associação Universitária e Cultural da Bahia e a **UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR**.*

De fato, um dos atributos da personalidade jurídica é o domicílio civil da entidade. No caso em tela, pode ser facilmente verificado que as duas entidades (mantenedora e mantida) possuem o mesmo domicílio civil, ou seja, a sede de ambas é a mesma.

Corroborando ainda mais a alegação, note-se que o imóvel onde funciona a UCSAL é de propriedade da Associação, conforme se verifica na matrícula do imóvel nº 44.775, registrada no 3º Ofício do Registro de Imóveis e Ato Constitutivo.



Além disso, a unicidade das duas entidades é tamanha que a UCSAL assumiu a responsabilidade de administrar o patrimônio da Associação Universitária e Cultural da Bahia.

De fato, toda a contabilidade da ASSOCIAÇÃO é feita regularmente na UCSAL, vez que se trata, na prática, de uma universalidade, atuando com as funções de entidade mantenedora e mantida.

Outra prova da existência da relação mantida/mantenedora das duas entidades, é o fato de que a Associação Universitária e Cultural da Bahia é a entidade inscrita no Fundo de Financiamento do Estudante do Ensino Superior FIES, conforme se verifica do extrato atualizado de conta FIES nos exatos termos do art. 1º. da Portaria nº 480 da Secretaria de educação Superior, de 5 de abril de 2000.

Frise-se novamente que, perante o MEC, as duas entidades são efetivamente reconhecidas como mantenedora/mantida, sendo certo que todas as requisições, registros, autorizações, reconhecimentos, renovações e credenciamentos são realizados pela Associação Universitária e Cultura da Bahia, mantenedora, em nome da UCSAL mantida.

Portanto, diante dos argumentos acima, é inegável a afirmação de que a UCSAL e a Associação Universitária e Cultural da Bahia são de fato entidade mantida e entidade mantenedora, sendo reconhecidas desta forma pelo MEC - Ministério responsável pela regulamentação e fiscalização das IES.

A identidade estrutural e civil entre a UCSAL e a Associação também vem sendo reconhecida por diversos órgãos da Administração Pública Federal, inclusive o próprio Conselho Nacional de Assistência Social CNAS ao conceder o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social à Associação, pois consignou expressamente que



os efeitos do certificado seriam estendidos à UCSAL, na condição de mantida da Associação.

Ademais, não há qualquer prova sobre a execução de atividades de ensino a estudantes que não seja através da UCSAL, o que no mínimo soa contraditório, já que a ASSOCIAÇÃO teve que, DURANTE TODOS OS ANOS, comprovar a execução de atividades de ensino a estudantes carentes com percentual de gratuidade para fins de obtenção do CEBAS:

Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009

*Art. 13. Para fins de concessão ou renovação da certificação, a entidade de educação que atua nas diferentes etapas e modalidades da educação básica, regular e presencial, deverá:
(Redação dada pela Lei nº 12.868, de 15 de outubro de 2013)*

I demonstrar sua adequação às diretrizes e metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação (PNE), na forma do art. 214 da Constituição Federal; (Incluído pela Lei nº 12.868, de 15 de outubro de 2013)

II atender a padrões mínimos de qualidade, aferidos pelos processos de avaliação conduzidos pelo Ministério da Educação; e (Incluído pela Lei nº 12.868, de 15 de outubro de 2013)

III conceder anualmente bolsas de estudo na proporção de 1 (uma) bolsa de estudo integral para cada 5 (cinco) alunos



pagantes. (Incluído pela Lei nº 12.868, de 15 de outubro de 2013)

Ora, se a **ASSOCIAÇÃO UNIVERSITÁRIA E CULTURAL DA BAHIA** não presta serviços educacionais diretamente, senão pela UCSAL, **HOUE O RECONHECIMENTO TÁCITO DA CERTIFICAÇÃO DESTA ÚLTIMA POR PARTE DO CNAS E POR FIM DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, NÃO HAVENDO DUVIDA QUE ESTA TAMBÉM FAZ JUS À ISENÇÃO E À IMUNIDADE.**

DO DIREITO ADQUIRIDO

O Estado, preocupado com a paz e a justiça social em que ele próprio se estabiliza na sua organização política, impõe regras no intuito de fornecer segurança nas relações jurídicas para que o caos não se estabeleça. Por isso que a regra geral é a da definitividade, da respeitabilidade e da exigibilidade do ato jurídico perfeito e acabado.

O artigo 5º inciso XXXVI, da Constituição da República, alberga a garantia de segurança na estabilidade das relações jurídicas, na qual está inserido o ato jurídico perfeito.

O título ou fundamento que faz nascer o direito subjetivo é todo ato lícito que tenha a finalidade imediata de adquirir, resguardar, transferir, modificar ou extinguir direitos, denomina-se ato jurídico perfeito.

Entende-se então que, ato jurídico perfeito é aquele que sob o regime de determinada lei tornou-se apto para dar nascimento aos seus efeitos desde que seja feita a devida verificação de todos os requisitos que lhe são indispensáveis.

O ato jurídico perfeito é negócio fundado na lei, portanto, não emana dela. Segundo a visão civilista, é um ato jurídico *stricto sensu*.



Ao se analisar a Lei de Introdução ao Código Civil, percebe-se que ela não se limita a uma lei introdutória ao Código Civil, mas, constitui sim, em uma lei de introdução às leis.

Prescreve o artigo 6º da Lei de Introdução ao Código Civil; “A lei em vigor terá efeito imediato e geral, respeitando o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada.”

No caso em tela, o CNAS sempre considerou as entidades como mantida/mantenedora, como se pode verificar dos Certificados da **ASSOCIAÇÃO UNIVERSITÁRIA E CULTURAL DA BAHIA**, nos quais sempre contou que a **UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR** era a entidade mantida pela Associação Universitária e Cultural da Bahia e que os benefícios dos respectivos certificados seriam extensivos a ela.

No mesmo sentido, sempre considerou os serviços prestados pela **UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR** como garantidor do cumprimento da gratuidade para fins de obtenção do CEBAS, vez que a AUCBA não presta diretamente os serviços.

Dessa forma, resta incontestado que estamos diante de direito adquirido e reconhecimento tácito da certificação da **UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR** por parte do órgão competente para fins de análise da isenção das contribuições previdenciárias e da imunidade consubstanciada no art. 14 do CTN.

JURISPRUDÊNCIA CORRELATA



AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. TRIBUTÁRIO. INSTITUIÇÃO DE ENSINO SEM FINS LUCRATIVOS. IMUNIDADE. ACÓRDÃO RECORRIDO QUE, FUNDADO NAS PROVAS DOS AUTOS E EM PERÍCIA TÉCNICA, CONCLUI PELO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS DO ART. 14 DO CTN. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. EXIGÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DO CERTIFICADO DE ENTIDADE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, PELO TRIBUNAL A QUO, QUE DESATENDE À FINALIDADE DA NORMA IMUNIZANTE. AGRAVO REGIMENTAL DO DISTRITO FEDERAL DESPROVIDO. 1. A incidência da norma imunizante constante no art. 150, VI c da CF/88 e 9o., IV c do CTN, além dos requisitos do art. 14 do CTN, deve levar em consideração a interpretação teleológica do dispositivo normativo, de modo a alcançar a diretriz hermenêutica que, de maneira firme e exata, salguarde, efetive e densifique o princípio, o valor ou a liberdade albergada pelo dispositivo. 2. A imunidade tributária conferida às instituições de assistência social sem fins lucrativos leva em consideração seu propósito elementar de servir à coletividade, colaborando com o Poder Público no exercício de funções precipuamente estatais e suprimindo, dessa forma, as deficiências prestacionais. 3. Condicionar a concessão de imunidade tributária à apresentação do certificado de entidade de assistência social, quando a perícia técnica confirma o preenchimento dos requisitos legais, implica acréscimo desarrazoado e ilegal de pressupostos não previstos sequer em lei, mormente quando o próprio texto constitucional prevê como condicionante apenas a inexistência de finalidade lucrativa para que o sujeito seja contemplado com o benefício fiscal. 4. O Tribunal a quo consignou, a partir da análise de provas carreadas aos autos, inclusive provas periciais, estar demonstrado que a recorrida enquadra-se no conceito de instituição



de ensino sem fins lucrativos, uma vez que preenche plenamente os requisitos previstos no art. 14 do CTN. 5. A conclusão assentada no acórdão recorrido encontra-se ancorada na análise do conjunto fático-probatório, de modo que para sua reversão seria necessário o reexame de fatos e provas, circunstância vedada pelo enunciado 7 da Súmula de jurisprudência desta Corte. 6. Agravo Regimental do DISTRITO FEDERAL desprovido.

(STJ - AgRg no AREsp: 187172 DF 2012/0117403-3, Relator: Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Data de Julgamento: 18/02/2014, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 27/02/2014)

DOS PRINCÍPIOS

DA RAZOABILIDADE:

O princípio da proporcionalidade razoável, ou princípio da razoabilidade, é meta princípio constitucional que tem como característica imantar o ordenamento jurídico nacional.

Portanto, à luz da razoabilidade, os atos administrativos, devem buscar adequação em o interesse pretendido pelo Estado e forma como este interesse será promovido perante os administrados, evitando, nesta conjuntura, distorções que possa causar instabilidades de ordem econômica, social e moral.

Conforme nos ensina o doutrinador Luis Roberto Barroso, em artigo intitulado Os Princípios da Razoabilidade e da Proporcionalidade, assim pontifica: “A administração pública, direta ou indireta, de qualquer dos Poderes obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade, exigindo-se, como



condição de validade dos atos administrativos, a motivação suficiente e, como requisito de sua legitimidade, a razoabilidade.”

Em adição ao posicionamento de Luis Roberto Barroso, o doutrinador Bandeira de Mello (2004:54), comenta o entendimento, ao afirmar “que a Administração, ao atuar no exercício de discricção, terá de obedecer a critérios aceitáveis do ponto de vista racional, em sintonia com o senso normal de pessoas equilibradas e respeitadas das finalidades que presidiram a outorga da competência exercida”.

Por ser princípio estruturante do Estado, e, inclusive, do Estado Democrático de Direito, é indubitosa a sua repercussão no âmbito legislativo, constituindo assim, elemento de controle de constitucionalidade da lei e controle de legalidade do ato administrativo, *conforme ratifica Zancaner:*

“A doutrina, ao se pronunciar sobre o princípio da razoabilidade ora enfoca a necessidade de sua observância pelo Poder Legislativo, como critério para reconhecimento de eventual inconstitucionalidade da lei, ora o apresenta como condição de legitimidade dos atos administrativos, ora aponta sua importância para o Judiciário quando da aplicação da norma ao caso concreto. Isto demonstra que a razoabilidade é essencial ao sistema jurídico como um todo e que sua utilização é essencial à concretização do direito posto (ZANCANER: 2001:3)”.

Portanto, a razoabilidade tem âmbito de incidência tanto na aplicação do ato administrativo quanto na avaliação do aspecto de legalidade da incidência da norma tributária, promovendo assim, a revisão de adequação, de legalidade, do fato social a norma.

Inadequada será a lei (em sentido lato e/ou em sentido estrito) que não estiver equalizada com o contexto social, conforme pontifica Carvalho Filho: *“a razoabilidade vai se atrelar à congruência entre as situações postas e as decisões*



administrativas. A falta de congruência violaria o princípio da legalidade, havendo ou vício nas razões impulsionadoras da vontade, ou o vício está no objeto desta”.

Nesta senda, *"o princípio da razoabilidade é um parâmetro de valoração dos atos do Poder Público para aferir se eles estão informados pelo valor superior inerente a todo ordenamento jurídico: a justiça".*(Luís Roberto Barroso; 2007)

Assim sendo, diante das lições dos abalizados doutrinadores, e, sob o pálio do princípio da razoabilidade é necessário o reconhecimento da imunidade das autoras, vez que o Estado não pode se locupletar de questões formais para cobrança de tributos.

. DO PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE:

O princípio da proporcionalidade, em iguais termos ao princípio da razoabilidade, é meta princípio, implícito no texto constitucional, o qual, garante a ponderação de valores e de bens jurídicos a fim de evitar distorções entre o interesse da administração pública e os administrados, em respeito a integridade do estado democrático de direito.

Nesta senda, esta Ricardo Cretton (2001:75), assim pontifica; *"confluem ambos [proporcionalidade e razoabilidade] pois, rumo ao (super) princípio da ponderação de valores e bens jurídicos, fundante do próprio Estado de Direito*



Democrático contemporâneo (pluralista, cooperativo, publicamente razoável e tendente ao justo)."

O professor Helenilson Cunha destaca que "o princípio da proporcionalidade representa, a rigor, uma dimensão concretizadora da supremacia do interesse primário (da coletividade), verdadeiro interesse público, sobre o interesse secundário (próprio Estado)".

Ainda na obra de Helenilson Cunha é evidenciado que *"a submissão do Estado ao princípio da proporcionalidade significa impor um limite jurídico, de estatura constitucional, à ação normativa estatal. Depreende-se, portanto, que o princípio da proporcionalidade é corolário de uma ordem jurídica na qual a Constituição Federal assume o ápice do sistema normativo"*.

Destaca-se que esse é o entendimento do STF – Supremo Tribunal Federal, o qual no ano de 2003 o Ministro Celso Mello, na ADI-MC-QO 2551 / MG, traçou os contornos do princípio da proporcionalidade e sua aplicação no direito tributário, conforme pode ser verificado na transcrição da ementa, *ut infra*:

"TRIBUTAÇÃO E OFENSA AO PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE. - O Poder Público, especialmente em sede de tributação, não pode agir imoderadamente, pois a atividade estatal acha-se essencialmente condicionada pelo princípio da razoabilidade, que traduz limitação material à ação normativa do Poder Legislativo. - O Estado não pode legislar abusivamente. A atividade legislativa está necessariamente sujeita à rígida observância de diretriz fundamental, que, encontrando suporte teórico no princípio da proporcionalidade, veda os excessos normativos e as prescrições irrazoáveis do Poder Público. O princípio da proporcionalidade, nesse contexto, acha-se vocacionado a inibir e a neutralizar os abusos do Poder Público no exercício de suas funções, qualificando-se como parâmetro de aferição da própria constitucionalidade material dos atos estatais. - A prerrogativa institucional de tributar, que o ordenamento positivo reconhece ao Estado, não lhe outorga o poder de suprimir (ou de inviabilizar) direitos de caráter fundamental constitucionalmente assegurados ao contribuinte. É que este dispõe, nos termos da própria Carta Política,



de um sistema de proteção destinado a ampará-lo contra eventuais excessos cometidos pelo poder tributante ou, ainda, contra exigências irrazoáveis veiculadas em diplomas normativos editados pelo Estado.

(Grifos nossos)

Destaca-se, em diapasão aos ensinamentos do professor Willis Santiago é perceptível que o princípio da proporcionalidade tem um conteúdo tripartido em “sub-princípios”, quais são; a) princípio da proporcionalidade em sentido estrito ou máxima do sopesamento; b) princípio da adequação e c) princípio da exigibilidade ou máxima do meio mais suave.

O princípio da proporcionalidade em sentido estrito determina que se estabeleça uma correspondência entre o fim a ser alcançado por uma disposição normativa e o meio empregado, que seja juridicamente a melhor possível.

Os sub-princípios da adequação e da exigibilidade, por seu turno, determinam que, dentro do faticamente possível, o meio escolhido se preste para atingir o fim estabelecido, mostrando-se, assim, “adequado”. Contudo, no que se refere ao segundo sub princípio, é possível o aumento, contudo o meio escolhido para implementação do fim, foi a progressão mais gravosa para determinados tipos de contribuintes ao longo de poucos anos, incidindo um maior impacto financeiro aos proprietários de terrenos e imóveis comerciais.

Além das razões acima, em garantia ao terceiro sub princípio a tributação deve se mostrar “exigível”, o que significa não haver outro, igualmente eficaz, e menos danoso a direitos fundamentais.

Nessa linha de pensamento, o já citado doutrinador Willis Santiago,, valendo-se do direito comparado a lição trazida por um julgado do Tribunal



Constitucional alemão que versa sobre a distinção entre meio adequado e exigível, valendo transcrever a seguir o seu teor:

“O meio empregado pelo legislador deve ser adequado e exigível, para que seja atingido o fim almejado. O meio é adequado, quando com seu auxílio se pode promover o resultado desejado; ele é exigível, quando o legislador não poderia ter escolhido outro igualmente eficaz, mas que seria um meio não-prejudicial ou portador de uma limitação menos perceptível a direito fundamental”.

Assim, sendo a cobrança de tributo em razão de questões meramente formais, desprezando a verdade material dos fatos mostra-se totalmente desproporcional.

AQUI BATE O PONTO DESTA DEMANDA

Excelência, notar bem neste escoreito “decisium”, lavrado em estreitíssima consonância com o ora pleiteado, que o magistrado fez a sucinta mas perfeita correlação social entre as entidades assistenciais, senão vejamos:

[Publicado em 18/06/2009 00:00] [Guia: 2009.000631] (M5350)
EMENTA: TRIBUTÁRIO E CONSTITUCIONAL. UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO - UNICAP. EXECUÇÃO FISCAL. CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. ENTIDADE FILANTRÓPICA. INSUBSISTÊNCIA DO DÉBITO.I - Apelação interposta pela UNICAP - UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO, contra a sentença que julgou procedentes, em parte, os embargos à execução fiscal, apenas para afastar a cobrança, pelo INSS, dos valores constantes da CDA referentes ao suposto



descumprimento do dever de retenção de 11% (onze por cento) do valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços, relativos aos serviços prestados pela empresa optante pelo SIMPLES.II - A UNICAP é instituição mantida pela Sociedade Civil Centro de Educação Técnica e Cultural - CETEC, da Companhia de Jesus, entidade que gozava da isenção desde 1966, de acordo com certificado emitido pelo antigo Conselho Nacional de Serviço Social, que estendeu tal benefício para ela e para as entidades por ela mantidas até 31/12/1994, conforme certidão de fl. 147.III - Em novembro de 1993, o Decreto nº 984 determinou o recadastramento das entidades de fins filantrópicos, sob pena de obstrução e interrupção do gozo de eventuais benefícios a que tinham direito.IV - A universidade teve atendido o seu pedido de recadastramento e renovação do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos, com validade até 14/10/1996, como entidade mantida pela CETEC, conforme explicitado pela Resolução nº 133, de 22/08/1997, do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS (fl. 148). Tal pedido havia sido protocolado em 20/04/1994, quando ainda se encontrava válida a isenção concedida à CETEC e às entidades por ela mantida.V - Admitindo-se que a UNICAP não precisava requerer a concessão do benefício, porquanto do mesmo já usufruía em razão da isenção que era reconhecida a sua mantenedora, caem por terra os fundamentos para a constituição do crédito tributário embargado, no que concerne à parte relativa à contribuição previdenciária patronal incidente sobre o pagamento de remunerações, sob a forma de salário indireto, aos segurados empregados, bem como aos avulsos.VI - "Esta Corte, acompanhando precedente do STF (RE 115.510-8), tem entendido que o certificado que reconhece a entidade como filantrópica, de utilidade pública, tem efeito ex tunc, por se tratar de um ato declaratório." (STJ. Segunda Turma. REsp nº 1027577/PR. Rel. Min. ELIANA CALMON. Julg. 05/02/2009. Publ. DJe 26/06/2009).VII - O Reitor da UNICAP é um religioso pertencente à Companhia de Jesus, a quem a CETEC está vinculada. Assim, o fato de a CETEC lhe repassar um determinado valor pode perfeitamente configurar a entrega, pela Ordem Religiosa, de valores necessários à manutenção do religioso, enquadrando na hipótese de isenção prevista no item 3.8 da OS-168, de 31/07/1997.VIII - A sistemática da retenção não é aplicável às empresas optantes pelo SIMPLES, porquanto ostentam regime de arrecadação diferenciado - instituído pela Lei 9.317/1996 - que se consubstancia na realização de pagamento único de todos os tributos federais. (Precedente: ERESP 511.001/MG, Relator Ministro TEORI ZAVASCKI, DJ de 11.04.2005).



(STJ. Primeira Turma. REsp nº 974707/PE. Rel. Min. LUIZ FUX. Julg. 04/12/2008. Publ. DJe 17/12/2008).IX - A UNICAP preenche os requisitos do art. 55 da Lei nº 8.212/91, fazendo jus, assim, à "isenção" do § 7º, do art. 195 da Constituição Federal.X - Apelação da UNICAP provida. Embargos à execução julgados procedentes. Apelação do INSS improvida. Honorários advocatícios sucumbenciais fixados em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos estes autos de APELAÇÃO CÍVEL, em que são partes as acima mencionadas.ACORDAM os Desembargadores Federais da Quarta Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, à unanimidade, em dar provimento à apelação da UNICAP e negar provimento à apelação do INSS, nos termos do voto do Relator e das notas taquigráficas que estão nos autos e que fazem parte deste julgado.Recife, 19 de maio de 2009.Desembargador Federal IVAN LIRA DE CARVALHORElator (convocado)

DOS PEDIDOS

Ante todo o exposto, a Autora vem requerer a Vossa Excelência:

- a) A citação do réu para, querendo, contestar a presente ação, sob pena de revelia;
- b) A procedência da ação para declarar que a relação das autoras é indissociável e, portanto, a certificação de entidade de assistência social fornecida à **ASSOCIAÇÃO UNIVERSITÁRIA E CULTURAL DA BAHIA é extensiva à UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR**, devendo, ser declarada a isenção e a imunidade da **UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR** para declarar a improcedência de todos os créditos tributários que, na sua origem, não reconheceram o caráter de assistência social da **UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR**.



c) para declarar a imunidade da autora - UCSAL em relação às contribuições previdenciárias (cota patronal, SAT/RAT e terceiros), extinguindo todos os débitos constituídos em seu desfavor.

d) A condenação do Réu nas custas judiciais e honorários da sucumbência.

Requer, outrossim, a produção de prova documental, testemunhal, pericial e, até mesmo, inspeção judicial, que se fizerem necessárias ao pleno conhecimento dos fatos, inclusive no transcurso do contraditório que se vier a formar com a apresentação de contestação.

Requer, por fim, sejam deferidos os benefícios da justiça gratuita, bem como seja concedido prazo para juntada de instrumento procuratório.

Dá-se à causa o valor de R\$ 600.000.000,00 (SEISCENTOS MILHÕES DE REAIS).

Nestes Termos.

Pede deferimento.

Salvador, 05 de outubro de 2016.

FERNANDO NEVES

OAB/BA 11.005

CAROLINA SILVEIRA

OAB/BA 27.030



